

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos
Empregados do Magazine Luiza, Empresas
Controladas e Coligadas – COOPLUIZA**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2024 e o relatório do auditor independente**

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>		<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		56.084.783	43.678.077	Circulante		8.056.922	8.278.325
Instrumentos financeiros				Instrumentos financeiros			
Caixa e equivalentes de Caixa	3	30.827.873	19.209.574	Salários, férias e encargos	8	128.676	154.481
Operações de crédito	4	26.553.463	26.368.807	Fornecedores		132.375	47.267
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(1.369.003)	(1.971.973)	Obrigações fiscais		73.219	72.554
Outros ativos	6	72.450	71.669	Resultado de atos com cooperados	9	4.084.951	3.805.960
				Resultado de atos com não cooperados	9	56.823	29.558
				Cotas de capital a pagar	9	3.457.368	3.127.717
				Outras obrigações		123.510	1.040.788
Não circulante		11.992.652	11.234.401	Não circulante		-	-
Realizável à longo prazo							
Instrumentos financeiros				Patrimônio líquido	10	60.020.513	46.634.153
Operações de crédito	4	12.212.127	11.272.917	Capital social		37.802.346	32.110.389
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(234.675)	(168.231)	Reservas de sobras		15.303.914	8.221.269
Imobilizado de uso	7	131.894	131.894	Sobras acumuladas		6.914.253	6.302.495
Intangível	7	115.621	93.791				
(-) Depreciações e amortizações	7	(132.315)	(95.970)				
Total do ativo		68.077.435	54.912.478	Total do passivo e patrimônio líquido		68.077.435	54.912.478

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

		2024	2023
	Nota	2º semestre	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		7.869.291	15.322.429
Operações de crédito	4a	6.589.465	12.934.372
Títulos e valores mobiliários	3	1.279.826	2.388.057
			1.265.596
Dispêndios da intermediação financeira		(968.582)	(1.981.209)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		-	(16.411)
Provisão para perdas em operações de crédito	5b	(968.582)	(1.981.209)
			(2.128.413)
Resultado bruto da intermediação financeira		6.900.709	13.341.220
			12.382.039
Outros ingressos operacionais		215.421	389.832
Ingressos de prestação de serviços		3.130	5.613
Outros ingressos operacionais	11	212.291	384.219
			1.370.167
Outros (dispêndios) operacionais		(4.778.251)	(5.923.661)
Dispêndios administrativos	12	(687.175)	(1.176.208)
Dispêndios de pessoal e honorários	13	(567.672)	(1.113.890)
Dispêndios de depreciação e amortização		(18.214)	(36.345)
Outros dispêndios operacionais	14	(3.505.190)	(3.597.218)
			(3.302.818)
Resultado operacional		2.337.879	7.807.391
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação		2.337.879	7.807.391
Imposto de renda e contribuição social		(895)	(1.768)
			(9.918)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre capital		2.336.984	7.805.623
Reversão dos juros ao capital	10b	3.437.653	3.437.653
Sobra líquida do semestre/exercícios		5.774.637	11.243.276
			10.554.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	5.774.637	11.243.276	10.554.827
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	5.774.637	11.243.276	10.554.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	Capital social	Capital a realizar	Reservas de sobras			Sobras acumuladas	Total
			Reserva legal	Reserva de expansão	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.399.808	(11.850)	4.435.968	764	-	3.044.195	33.868.885
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-
Utilização de reserva	-	-	-	(764)	-	-	(764)
Integralizações de capital	6.450.876	(282.600)	-	-	-	-	6.168.276
Capital à integralizar	-	276.750	-	-	-	-	276.750
Devoluções de capital	(3.789.969)	-	-	-	-	-	(3.789.969)
Constituição de fundo	-	-	-	-	-	(23.142)	(23.142)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	10.554.827	10.554.827
Juros sobre o capital	3.120.613	-	-	-	-	(3.120.613)	-
IRRF sobre juros ao capital	(53.239)	-	-	-	-	-	(53.239)
Destinação da reserva legal	-	-	3.785.301	-	-	(3.785.301)	-
Transferência despesa FATES	-	-	-	-	-	3.083	3.083
FATES - cooperados	-	-	-	-	-	(370.554)	(370.554)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.128.089	(17.700)	8.221.269	-	-	6.302.495	46.634.153
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-
Utilização de reserva	-	-	-	-	-	-	-
Integralizações de capital	11.608.851	(309.050)	-	-	-	-	11.299.801
Devoluções de capital	(953.382)	-	-	-	-	-	(953.382)
Devolução de capital – pagamento de empréstimos	(8.094.195)	-	-	-	-	-	(8.094.195)
Capital à integralizar	-	292.550	-	-	-	-	292.550
Destinação da reserva legal	-	-	780.150	-	-	(780.150)	-
Constituição de fundo	-	-	-	-	-	(4.123)	(4.123)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	6.302.495	(6.302.495)	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	11.243.276	11.243.276
Juros sobre o capital	3.198.222	-	-	-	-	(3.437.653)	(239.431)
IRRF sobre juros ao capital	(51.039)	-	-	-	-	-	(51.039)
FATES - cooperados	-	-	-	-	-	(390.075)	(390.075)
Transferência despesa FATES	-	-	-	-	-	282.978	282.978
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.836.546	(34.200)	9.001.419	-	6.302.495	6.914.253	60.020.513

Continua...

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

...Continuação

	Capital social	Capital a realizar	Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Total
			Reserva legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 1º de julho de 2023	33.894.811	(6.800)	8.221.269	6.302.495	5.468.639	53.880.413
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-
Utilização de reserva	-	-	-	-	-	-
Integralizações de capital	5.618.995	(193.800)	-	-	-	5.425.195
Devolução de capital	(615.605)	-	-	-	-	(615.605)
Devolução de capital – pagamento de empréstimos	(4.208.839)	-	-	-	-	(4.208.839)
Capital a integralizar	-	166.400	-	-	-	166.400
Reversões de fundo	-	-	-	-	-	-
Sobra líquida do 2º semestre	-	-	-	-	5.774.637	5.774.637
Juros sobre o capital	3.198.222	-	-	-	(3.437.653)	(239.431)
IRRF sobre juros ao capital	(51.039)	-	-	-	-	(51.039)
Destinação da reserva legal	-	-	780.150	-	(780.150)	-
FATES - cooperados	-	-	-	-	(394.198)	(394.198)
Transferência despesa FATES	-	-	-	-	282.978	282.978
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.836.546	(34.200)	9.001.419	6.302.495	6.914.253	60.020.513

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	3.667.745	6.001.411	8.123.229
Sobra ajustada do semestre/exercícios	3.323.780	9.823.177	9.606.909
Sobra líquida do semestre/exercícios	2.336.984	7.805.623	7.434.214
Provisão para perdas em operações de crédito	968.582	1.981.209	2.144.824
Depreciações e amortizações	18.214	36.345	27.871
Redução (aumento) nos ativos	(1.914.509)	(3.542.382)	(1.230.736)
Operações de crédito	(1.937.576)	(3.541.601)	(1.185.974)
Outros créditos	10.290	(781)	(44.762)
Outros valores e bens	12.777	-	-
Aumento (redução) nos passivos	2.256.475	(281.383)	(252.944)
Fornecedores	94.438	85.108	20.448
Salários	297.010	(25.805)	(249)
Obrigações fiscais	103.177	51.904	23.812
Relações interdependências	2.105.335	524.687	1.932.194
Obrigações por empréstimos	-	-	(1.530.204)
Outras obrigações	(343.485)	(917.278)	(698.945)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	-	(21.831)	(93.791)
Aquisição de ativo intangível	-	(21.831)	(93.791)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	3.863.096	5.640.719	5.668.428
Utilização de reserva	-	-	(764)
Integralizações de capital	8.738.782	14.739.535	1.932.462
Devoluções de capital	177.005	(953.382)	3.789.969
Devolução de capital – pagamento de empréstimos	(5.001.451)	(8.094.195)	-
IRRF sobre juros ao capital	(51.239)	(51.239)	(53.239)
Reversões de fundo	-	-	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	7.528.842	11.618.299	13.697.866
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.299.032	19.209.574	5.511.708
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.829.872	30.827.873	19.209.574
Acréscimo líquido/(decréscimo) no caixa e equivalente de caixa	7.528.842	11.618.299	13.697.866

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA (Cooperativa), foi constituída em 9 de abril de 1997, está sediada na Rua do Comércio, 1924, 2º andar – centro, em Franca SP e adquiriu personalidade na data de 10 de abril de 1997, através do registro sob o nº 02.093.154/0001-09.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito, o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações, segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados; e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais que, estando na plenitude de sua capacidade civil, concordem com o presente Estatuto Social e que preencham as condições nele estabelecidas e sejam empregados do Magazine Luiza, empresas Coligadas e Controladas; empregados da própria Cooperativa e pessoas físicas que a ela prestem serviço em caráter não eventual, equiparadas aos primeiros para os correspondentes efeitos legais; empregados e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à Cooperativa e às entidades de cujo capital a Cooperativa participe;

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 07 de março de 2025, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que

regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de valor e resgatáveis a qualquer momento.

b.4 Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para

as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H). Em Janeiro de 2025, a Cooperativa começou a se adequar aos novos critérios exigidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 do Banco Central do Brasil, a qual introduziu alterações na forma como as instituições deverão calcular e provisionar as perdas esperadas.

b.7 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

b.8 Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

b.10 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.12 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.13 Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

b.14 Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A Administração efetuou análise dos resultados da Cooperativa e não identificou ingressos de receitas e despesas não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b.15 Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, operações de crédito e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b.16 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento que origine ajustes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A Cooperativa se adequou aos novos critérios exigidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 do Banco Central do Brasil, que introduziu mudanças significativas nas regras de contabilização e provisionamento de perdas esperadas que entrou em vigor em 2025.

b.17 Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas no CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com sua aprovação consubstanciada na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber.

Os Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Bancos	2.070.628	32.890
Títulos e valores mobiliários	28.757.245	19.176.684
	<u>30.827.873</u>	<u>19.209.574</u>

Os investimentos em títulos de renda fixa e centralização financeira foram classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

4. Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	26.553.463	12.112.127	38.665.590	26.368.807	11.272.917	37.641.724

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 12.934.372 (R\$ 13.261.267 em 2023).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2024			2023		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	35.217.418	35.217.418	-	34.203.288	34.203.288
B	1	354.173	216.408	570.581	326.031	26.297	352.328
C	3	328.651	300.389	629.040	296.839	45.164	342.003
D	10	235.932	282.876	518.808	258.603	81.786	340.389
E	30	175.678	156.666	332.343	345.632	2.261	347.894
F	50	159.682	11.407	171.089	321.437	21.967	343.404
G	70	175.659	25.755	201.414	222.717	1.065	223.783
H	100	975.177	49.720	1.024.897	1.463.251	25.385	1.488.636
		2.404.952	36.260.638	38.665.590	3.234.510	34.407.214	37.641.724

c Composição da carteira por faixa de vencimento

Descrição	2024		
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360
Empréstimos	24.955.084	1.598.379	12.112.127
			38.665.590

Descrição	2023		
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360
Empréstimos	24.629.029	1.739.778	11.272.917
			37.641.724

d Composição da carteira por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	2024		2023	
	Empréstimos	% da Carteira	Empréstimos	% da Carteira
Pessoa Física	<u>38.665.590</u>	<u>100%</u>	<u>37.641.724</u>	<u>100%</u>

e Concentração dos principais devedores

Descrição	2024	% Carteira Total	2023	% Carteira Total
Maior Devedor	371.705	1%	128.598	0,3%
10 Maiores Devedores	1.069.082	3%	763.758	2%
50 Maiores Devedores	2.684.570	7%	2.170.122	5,8%

f Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

5. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(1.369.003)</u>	<u>(234.675)</u>	<u>(1.603.678)</u>	<u>(1.971.973)</u>	<u>(168.231)</u>	<u>(2.140.204)</u>

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2024	2023
Saldo inicial	<u>(2.140.204)</u>	<u>(1.064.667)</u>
Créditos baixados para prejuízo	2.517.735	1.398.386
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(1.981.209)	(2.128.413)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 13)	-	312.769
Saldo final	<u>(1.603.678)</u>	<u>(2.140.204)</u>

6. Outros ativos financeiros

Descrição	2024	2023
Diversos:		
Adiantamentos e antecipações salariais	55.987	58.451
Impostos e contribuições a compensar	-	2.955
Despesas antecipadas	16.463	10.263
	72.450	71.669

7. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação	2024		2023	
		Custo	Depreciação/ acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos de uso	10% e 20%	131.894	(100.755)	31.139	45.412
Intangível					
Software	20%	115.622	(31.560)	84.062	84.303
		247.516	(132.315)	115.201	129.715

8. Salários

Descrição	2024	2023
Salários e benefícios	36.705	38.391
Encargos	37.234	34.815
Provisões 13º salário / férias	54.737	81.275
	128.676	154.481

9. Sociais e estatutárias

Descrição	2024	2023
Resultado de atos cooperativos – FATES (i)	4.084.951	3.805.960
Resultado de atos não cooperativos	56.823	29.558
Cotas de capital a pagar (ii)	3.457.368	3.127.717
	7.599.142	6.963.235

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN.
- (ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitarem o desligamento do quadro social.

10. Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 12.846 e 12.439 cooperados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2024, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 11.608.851 (R\$ 6.450.876 em 2023).

O capital social é de R\$ 37.802.346 e de R\$ 32.110.389 em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2024 e de 2023, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2024	2023
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	11.243.276	10.554.827
Sobras à disposição Exercício anterior	6.302.495	3.044.195
Destinações estatutárias:		
Reserva estatutária:	(6.302.495)	-
Reserva Legal (sobras exercício anterior)	-	(3.044.195)
Juros sobre o capital (i)	(3.437.653)	(3.120.613)
Reserva legal (ii)	(780.150)	(741.106)
FATES (iii)	(390.075)	(370.554)
Transferido para FATES	-	-
Sobras antes da reversão dos dispêndios do Fates	6.635.398	6.322.554
Reversão da despesa - absorção do FATES	(4.123)	(23.142)
Transferência despesa FATES	282.978	3.083
Sobras à disposição da Assembleia Geral	6.914.254	6.302.495

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais” (nota 14), e ajustados.

(ii) 10% para a reserva legal (10% em 2023) com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

(iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (5% em 2023), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem

ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 09 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03 de abril de 2024, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2023 para reserva legal no valor de R\$ 741.106.

11. Outros ingressos operacionais

Descrição	2024			2023
	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 5b)	-	-	-	384.965
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 4f)	79.312	78.994	158.306	871.269
Outras rendas operacionais	92.616	133.297	225.912	113.933
	171.928	212.291	384.218	1.370.167

12. Dispendios administrativos

Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços técnicos especializados	(118.802)	(304.181)	(931.175)
Rateio de despesas da Central	(277.480)	(302.911)	(53.080)
Manutenção, conservação de bens e material	(202.097)	(402.050)	(373.360)
Contribuições OCE	(19.542)	(39.083)	(29.171)
Promoções, propagandas e publicidade	(51.867)	(58.367)	(77.136)
Emprést. País - Direitos Credit	-	-	(16.411)
Outros	(17.387)	(69.616)	(180.260)
	(687.175)	(1.176.208)	(1.660.593)

13. Dispendios de pessoal e honorários

Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(208.910)	(478.123)	(770.773)
Encargos sociais	(99.515)	(163.575)	(288.217)
Honorários	(93.324)	(168.770)	(147.030)
Benefícios a empregados	(114.442)	(250.891)	(137.726)
Remuneração de estagiários e diretoria	(51.481)	(52.530)	-
	(567.672)	(1.113.890)	(1.343.746)

14. Outros dispêndios operacionais

Descrição	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros sobre o capital (nota 10b)	(3.437.653)	(3.437.653)	(3.120.613)
Outros dispêndios	(67.537)	(159.565)	(182.205)
	(3.505.190)	(3.597.218)	(3.302.818)

15. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2024	2023
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	460.103	112.219
Passivo		
Honorários	5.619	5.000
Patrimônio líquido		
Capital social	275.579	200.320
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	47.168	10.498
Operações de captação no mercado	-	-
Juros sobre o capital próprio	(25.905)	(21.346)
Benefícios:		
Honorários	(168.770)	(147.030)
Impostos	(163.575)	(288.217)
Seguros	(250.891)	(137.726)

16. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2024	2023
Patrimônio de referência (PR)	59.922.141,32	46.537.072,88
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	60.887.471,04	48.812.014,17
Índice de Basileia	98,41%	95,34%

17. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A cooperativa mantém a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos em atendimento as Resolução nº 4.557/17 e Resolução 4.606/17 com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos que a instituição esteja exposta de maneira relevante, considerando:

- i O modelo de negócios, com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços, das atividades e dos processos da Cooperativa;
- ii A dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela COOPLUIZA e adequada ao Perfil de riscos apresentados na Cooperativa.

Na construção da Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos, a COOPLUIZA adotou parâmetros que considera o suficiente para o estabelecimento da gestão dos riscos e se baseia nas seguintes Políticas:

a) Estrutura de governança dos riscos

Definir as responsabilidades para cada agente na estrutura da COOPLUIZA em relação a implementação, o controle, o repórter e a execução da estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

b) Indicadores de riscos

Apresentar os indicadores que serão utilizados para monitorar, reportar, avaliar, controlar e mitigar os riscos da COOPLUIZA.

c) Risco de crédito

Estabelecer limites operacionais, os mecanismos de mitigação de risco e os procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da COOPLUIZA.

d) Risco de liquidez e capital

Tem por finalidade o risco de liquidez e suficiência de capital da COOPLUIZA, uma vez que a falta ou insuficiência de liquidez e/ou de capital podem causar efeitos negativos em sua capacidade operacional, notadamente em períodos de crise.

e) Risco socioambiental

Estabelecer os princípios e as diretrizes para a COOPLUIZA obter o controle sobre os riscos socioambientais inerentes ao negócio e gerenciá-los, buscando minimizá-los para proteger o patrimônio da Instituição e, conseqüentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses de seus cooperados, empregados e demais partes interessadas.

f) Risco operacional

Orientar a administração da COOPLUIZA nos procedimentos internos destinados a minimizar a ocorrência de riscos operacionais, estabelecendo, didaticamente, conceitos e métodos de controle.

g) Política de seleção/contratação de prestadores de serviços

Estabelecer os critérios para seleção e contratação de prestadores de serviços considerados relevantes determinando diretrizes para a adequada verificação do cumprimento, pelo prestador de serviço contratado, de suas obrigações legais, regulatórias e contratuais.

h) Registro de eventos de perda e ocorrências

Estabelecer critérios para registro de eventos e ocorrência de eventos referente ao risco operacional a fim de elaborar informações e relatórios consistentes e padronizados.

i) Política de gestão de mudanças e desenvolvimento de novos produtos e serviços:

Estabelecer os princípios e as diretrizes para a COOPLUIZA quando efetuar mudanças ou desenvolvimento de novos produtos e serviços tenha como parâmetros que auxiliem na prevenção de riscos associados.

18. Plano para a implementação da Regulamentação Contábil estabelecida na Resolução CMN N° 4.966/2021.

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras.

Grande parte das disposições da Resolução entrarão em vigor em janeiro de 2025, mas o órgão regulador estabeleceu a obrigatoriedade de as instituições financeiras elaborarem um plano para a implementação da regulamentação contábil. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração conforme Ata 152001, de 23 de Junho de 2022, e contempla a descrição do cronograma das ações a serem executadas, naquilo que é aplicável ao modelo de negócio da COOPLUIZA e ao Segmento 5 (S5) no qual a Cooperativa está enquadrada.

Durante o ano de 2023, o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram novos normativos que dispõem, alteram, revogam e compõem o arcabouço regulatório da convergência no Brasil do IRFS9, se trata de disposições esperadas pelas instituições para implementação e mudança dos critérios contábeis de classificação, mensuração e reconhecimentos dos instrumentos financeiros.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

A) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Ação	Responsável	Data
✓ Concessão de Crédito: realização de estudo e análise do impacto que a cooperativa poderá sofrer nos seus resultados, uma vez que venha ampliar os requisitos necessários para concessão de crédito.	Área de Negócios	De janeiro à junho de 2023.
✓ Provisões de Crédito: definição dos critérios a serem utilizados para constituir as provisões que ocorrerão a partir de janeiro de 2025, bem como estudos e análises, com vistas a verificar os impactos que poderão causar nos números/resultados.	Área Administrativa	De janeiro à dezembro de 2023.
✓ Sistema Operacionais: verificação de quais informações o sistema operacional não integra com o mercado financeiro e qual a previsão de que essa funcionalidade estará disponível, respeitado o prazo do normativo.	Faccred – Fácil Tech	Dezembro de 2024
✓ Política e manuais: revisão de normativos internos	Área Administrativa	De Julho à dezembro de 2024
✓ Treinamentos: Definição da equipe e busca de instituições para capacitação	Área Administrativa	De Julho à Dezembro de 2024

19. Impactos estimados decorrentes da implementação das disposições da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A Cooperativa classifica os ativos financeiros na categoria custo amortizado adotando o modelo de negócio com o objetivo de gerar resultado do fluxo de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios e pelos fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

De acordo com o cronograma de implantação das classificações de risco estipulados pela Resolução do CMN nº 4.966/2021, foram observados os níveis de provisão estabelecidos por esta Resolução para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo da

responsabilidade da instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização.

Conforme disposto do artigo 78º da Resolução CMN nº 4.966/2021, em 01 de janeiro de 2025 vigora as novas regras do risco das operações de créditos, sendo observado os níveis de provisão estabelecidos por esta Resolução para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização dos ativos.

A perda esperada avaliada com base na carteira contábil das operações de crédito do mês de novembro de 2024, considerando os parâmetros definidos no artigo 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi no montante de R\$ 647.495,37. Em relação às provisões já constituídas até 31/12/2024 haverá um aumento (impacto) no montante de R\$ 588.782,05 que será registrado em contrapartida à rubrica de sobras do exercício em 01 de janeiro de 2025.

As taxas de juros efetivas estão sendo reconhecidas pela apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro de forma proporcional às receitas contratuais. Os custos de transação e os valores já recebidos relativos às operações contratadas até 31/12/2024 já foram apropriados ao resultado e não serão incorporados aos ativos e passivos financeiros.

A Cooperativa reconhece os ativos problemáticos pelo cadastro dos associados ativos, pelas operações de créditos superiores a 90 dias em atraso e operações remanescentes com associados desligados, no qual reconhecerá as receitas provenientes dos ativos problemáticos (stop accrual) no efetivo recebimento. A instituição não possui ativos ou passivos fiscais diferidos que possam ter impacto relevante com a adoção da nova norma.

Vinicius Henrique Peraro
Presidente
CPF 359.388.148-98

Guilherme Sousa Alves
Contador CRC: 1SP339005
CPF 353.967.498-57

**** fim ****